



10.24065/re.v15i1.2983

ARTIGO

## **ACESSO ABERTO DE INFORMAÇÃO COMO FATOR IMPULSIONADOR DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA**

## **OPEN ACCESS TO INFORMATION AS A DRIVING FACTOR FOR SCIENTIFIC RESEARCH IN ANGOLA**

## **EL ACCESO ABIERTO A LA INFORMACIÓN COMO FACTOR IMPULSOR PARA LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN ANGOLA**

Renato Pereira<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0002-7375-9646>

Adolfo Caiji Cabeia<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0002-9935-3409>

Aníbal António Vuma<sup>3</sup> <https://orcid.org/0009-0004-5057-2100>

<sup>1</sup> Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, CEP 01332-000, e-mail: renato.pereira@iscte-iul.pt

<sup>2</sup> Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), Lisboa, Portugal CEP 1649-026, e-mail: adolfocabeia@gmail.com

<sup>3</sup> Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte), Lisboa, Portugal CEP 1649-026, e-mail: av.uma@hotmail.com

### **RESUMO**

Esse trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise e reflexão sobre o acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola. Com recurso a pesquisa bibliográfica, foi possível concluir com base nos estudos de Costa (2017) e Osvaldo; Rocha; Morais; Rogério (2023), que apesar de existirem ainda desafios a serem superados, a produção científica em Angola está a registar tendências crescentes através do acesso aberto. Os projetos como PDCT do MESCTI em parceria com a editora científica Elsevier, Sistema Nacional de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNICT), UNI.AO e repositórios institucionais ou outras plataformas como RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulan.ed.ao/>; revista de acesso aberto Journal of Health Sciences, fundações, entre outros, promovem o acesso aberto, fazendo com as pesquisas realizadas em Angola se tornam cada vez mais acessível a um público universal. Relativamente as limitações, a ausência de uma base de dados acessível sobre a produção científica em Angola e a precariedade de estudos sobre o acesso aberto no contexto angolano são fatores condicionantes. Como parte dos estudos fundacionais, para trabalhos futuros, sugerimos um estudo sobre o papel das instituições de Ensino Superior na promoção do acesso aberto.

**Palavras-chave:** conhecimento; acesso aberto; repositórios; políticas institucionais; Angola.

## ABSTRACT

This work aims to develop an analysis and reflection on open access to scientific information as a driving factor for scientific research in Angola. Through bibliographic research, we have concluded, based on studies by Costa (2017) and Osvaldo; Rocha; Morais; Rogério (2023), that despite existing challenges, scientific production in Angola is experiencing upward trends through open access. Projects such as the MESCTI's PDCT in partnership with the scientific publisher Elsevier, the National System of Science, Technology, and Innovation Indicators (SNICT), UNI.AO, and institutional repositories or other platforms like RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulian.ed.ao/>; and the open-access journal "Journal of Health Sciences" contribute to open access, making research conducted in Angola increasingly accessible to a universal audience. However, limitations include the absence of an accessible database on scientific production in Angola and the scarcity of studies on open access in the Angolan context. As part of foundational research, we recommend a study on the role of higher education institutions in promoting open access.

**Keywords:** knowledge; open access; repositories; institutional policies; Angola.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo: Desarrollar un análisis y una reflexión sobre el acceso abierto a la información científica como factor impulsor para la investigación científica en Angola. Mediante investigación bibliográfica, fue posible concluir basándose en los estudios de Costa (2017) y Osvaldo; Roca; Moral; Rogério (2023), que aunque aún quedan desafíos por superar, la producción científica en Angola está registrando tendencias crecientes a través del acceso abierto. Proyectos como el PDCT de MESCTI, en colaboración con la editorial científica Elsevier, y el Sistema Nacional de Indicadores Científicos (SNICT), UNI.AO y repositorios institucionales u otras plataformas como RANAA; <https://ucan.ao/>, <http://www.ulian.ed.ao/>; La revista de acceso abierto Journal of Health Sciences, fundaciones, entre otras, promueven el acceso abierto, haciendo que la investigación realizada en Angola sea cada vez más accesible para una audiencia universal. En cuanto a las limitaciones, la ausencia de una base de datos accesible sobre la producción científica en Angola y la escasez de estudios sobre el acceso abierto en el contexto angoleño son factores condicionantes. Como parte de los estudios preliminares para futuros trabajos, sugerimos un estudio sobre el papel de las instituciones de educación superior en la promoción del acceso abierto.

**Palabras clave:** conocimiento; acceso abierto; repositorios; políticas institucionales; Angola.

## INTRODUÇÃO

Ao tomarmos conhecimento do evento científico que se realizaria em fevereiro de 2024, nas comemorações dos 20 anos de existência da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte, sem hesitar decidimos participar, levando para o debate, o tema: Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola, motivados pela precariedade de estudos sobre a temática, estando numa era da ciência aberta, período em que é preciso garantir não apenas que o conhecimento científico seja acessível (UNESCO, 21 Setembro 2023), acreditamos ser oportuno nessa fase fundacional para o contexto angolano, abordar com base na revisão bibliográfica, o tema escolhido.

Sendo que, criar e manter uma comunicação científica que viabiliza a promoção e divulgação do conhecimento obtido através de estudos e investigações científicos constitui uma preocupação das Instituições de Ensino Superior e dos Ministérios de tutela. Trata-se, atualmente, de um dos pilares do movimento ciência aberta, uma prática que tem vindo a ganhar relevância no seio da comunidade científica e nas políticas de ciência e tecnologia. Em diferentes regiões do globo, contabiliza-se um total de 16 000 revistas, com cerca de 5,7 milhões

de artigos, abrangendo mais de 120 países, sendo que a maioria destas revistas não cobra taxas de publicação (Brandão; Moreira; Tanqueiro, 2021).

O surgimento das tecnologias de informação possibilitou a articulação de esforços no acesso aberto a informação científica, cuja operacionalização ocorre a partir de duas estratégias principais: (1) a via dourada (em que o acesso aberto à informação no momento da sua publicação, é promovido pelo próprio editor), e (2) a via verde (sinal verde de editores para que os autores possam depositar cópias eletrônicas das suas publicações em repositórios institucionais) (Costa, 2010).

A princípio, os investigadores são recompensados pela sua produtividade científica, seja através da progressão na carreira, financiamento dos seus projetos e/ou prémios científicos, avaliado não apenas pela sua dimensão (quantidade), mas sobretudo pelo seu impacto (qualidade), usualmente associado ao número de citações. Por isso, tornar o trabalho científico publicamente acessível é o principal interesse do investigador (Rodrigues, 2004).

A investigação científica no meio académico encontra-se limitada, de alguma forma, pelo facto de que a grande maioria das revistas científicas não serem de livre acesso para os utilizadores (comunidade académica), quer em suporte papel quer em formato digital (Oliveira, 2011).

Assim, o acesso aberto é um projeto estratégico cuja prossecução bem-sucedida assegurará a concretização de importantes objetivos institucionais (Castro, 2013). Uma opinião partilhada também por Costa (2010) ao considerar que o uso de repositórios institucionais para a comunicação académica apresenta muita potencialidade para contribuir com a disseminação ampla e global do conhecimento científico.

Em Angola, o seminário sobre a criação, gestão e indexação de revistas científicas, realizado em Luanda, de 29 de julho a 26 de agosto de 2020 que contou com a participação activa de mais de 312 profissionais de 24 países, considerou que o desenvolvimento da investigação científica neste país da África Austral depende da criação de uma rede de revistas científicas e a promoção do acesso aberto à informação científica (Gungula, 2020). Esse trabalho é uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo: Desenvolver uma análise e reflexão sobre o acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola.

Entretanto, recorrendo a diferentes estudos anteriores, identificar a importância que vem sendo atribuída ao acesso aberto em Angola, para além de ser um dos trabalhos fundacionais que visam a sensibilizar a comunidade científica angolana sobre os benefícios do acesso aberto

à informação científica, acreditamos contribuir para o conhecimento sobre o impacto do acesso aberto à informação científica no desenvolvimento da investigação científica em Angola.

Num primeiro momento (seção 1) aborda-se os aspetos conceituais e a evolução do acesso aberto à informação científica, em linhas gerais a nível internacional. Seguidamente, (seção 2) foca-se no temático acesso aberto no panorama angolano e as iniciativas até aqui adotadas pelas Instituições de Ensino Superior e dos Ministérios de tutela, bem como o contributo dessas iniciativas no desenvolvimento da investigação científica em Angola.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo do estudo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica (artigos científicos, teses, dissertações e livros). Pretendia-se mapear o estado da arte, bem como identificar os conceitos e principais debates em relação ao acesso aberto à informação científica como fator impulsionador da investigação científica em Angola e erguer uma base sólida para pesquisas futuras.

De igual modo, a pesquisa documental foi necessária para obter dados publicados MESCTI e outros órgãos do Estado, sobre a produção científica em Angola, permitindo produzir as conclusões validas sobre o tema estudado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Antes de enveredar para discussão sobre o acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola, para melhor compreensão, fez-se uma breve incursão, contextualizando a ambiente da pesquisa e o acesso aberto.

### **Breve contextualização do ambiente da pesquisa**

Entre todos os seres vivos, nós, os humanos, somos os mais capazes de criar e transformar o conhecimento; somos os mais capazes de aplicar o que aprendemos, por diversos meios, numa situação de mudança do conhecimento. Essas características diferenciam-nos dos patos, dos macacos e dos leões etc. O conhecimento é o conjunto de toda informação que um indivíduo retém na memória, resultante de tudo o que aprendeu durante a vida, quer seja na escola, no local de trabalho ou mesmo na sociedade onde está inserida (Ruas, 2022, p. 39).

Existe outro tipo de conhecimento que Ruas (2022, p. 39), designa-o como conhecimento científico, isto é, resultante do estudo, da investigação metódica e sistémica da

realidade. Procura a apreensão dos fenómenos para além da sua constatação e descrição, as suas causas, as leis que os regem, determinam e influencia. Trata-se de uma conquista recente da humanidade, surgido apenas no século XVII. É metódico e sistemático, voltado para a resolução de problemas inerentes a toda a humanidade (Kauark et al., 2010).

Para Koller, Coute e Hohendorffter (2014), o conhecimento é o poder de fazer o Universo evoluir no sentido que se deseja ou necessita, e isto se atinge por meio da pesquisa científica e tecnológica.

Reis (2022) na sua abordagem sobre o contributo da investigação para o progresso do conhecimento científico considera que os trabalhos académicos e científicos, como as dissertações ou teses produzem conhecimento que contribui para a sua evolução. Útil para garantir aos investigadores e outros estudiosos do mesmo ramo científico e para a comunicação empresarial. Mas isso só é possível quando há mecanismos de divulgação desses trabalhos. Uma afirmação que coincide com a opinião de Lakatos e Marconi (1992, p. 79), segunda a qual, todo estudioso necessita de transmitir a outras pessoas, com certa frequência, o fruto de suas atividades, do seu conhecimento. E a transmissão pode ser feita através de mecanismos para divulgação de trabalhos científicos existentes (Ver o Quadro1).

**Quadro 1 - Mecanismos para divulgar trabalhos científicos**

Mecanismo	Vantagens	Desvantagens
Apresentação em congressos e eventos científicos.	Permite a interação direta com outros pesquisadores. Recebe-se um feedback imediato sobre o trabalho, com possibilidade de estabelecer novas parcerias de investigação.	É preciso deslocar, e tempo para participar do evento. E pode haver custos de inscrição no evento.
Divulgação em redes sociais e plataformas online.	Possibilidade de alcançar um público amplo e diversificado. É rápida e sem custos, facilita o autor interagir com o público e receber feedback.	Para manter a presença online é preciso tempo e dedicação, mas também pode não atingir o público-alvo desejado.
Publicação em revistas científicas	Permite alcançar um público amplo e especializado, maior visibilidade e o impacto do trabalho. E contribui para o currículo do autor.	Pode ser um processo demoroso, tem um certo grau de complexidade e pode requerer recursos financeiros para custear a publicação.
Depósito em repositórios institucionais e de acesso aberto.	Disponibilidade do trabalho para acesso gratuito e imediato, com forte impacto na visibilidade do trabalho e do autor, além disso, contribui para o cumprimento de políticas de acesso aberto à informação científica.	Pode não ter o mesmo impacto esperado.
Criação de um blog ou site pessoal.	É uma divulgação do trabalho de forma mais pessoal e autêntica. Com possibilidade de interagir com o público e receber feedback.	Exige dedicação e tempo.

Participação em podcasts, entrevistas e outros meios de comunicação.	Possibilita divulgar o trabalho para um público amplo e não especializado. Maior visibilidade do autor e da instituição.	Exige dedicação e tempo, como também pode não atingir o público-alvo desejado.
Participação em eventos de divulgação científica.	Um público amplo, em muitos casos não especializado. Promove a interação com o público e receber feedback, contribuindo assim a divulgação da ciência para a sociedade.	É preciso deslocar, e tempo para participar do evento, pode ter custo.
Publicação de livros e capítulos de livros.	Um público amplo, em muitos casos não especializado. Promove o currículo do autor. Possibilidade de obter renda com a venda do livro.	Exige dedicação e tempo e pode implicar custo de publicação

**Fonte:** Elaboração própria com base a pesquisa sobre os mecanismos de divulgação de trabalhos científicos (2025).

Após a descrição dos mecanismos de divulgação de trabalhos científicos, chama-se a atenção ao leitor para a opção desta pesquisa, não tendo a intenção de alcançar outros tipos de divulgação, fixa – se apenas no depósito em repositórios institucionais e de acesso aberto.

## Acesso aberto ou *open access*

O acesso aberto constitui uma alternativa ao antigo paradigma de restrição e falta de visibilidade da produção científica. Uma vez que, tanto os governos como a comunidade científica devem fazer esforços para que o conhecimento científico seja disseminado de forma ampla e gratuita. Para efeitos do presente estudo, entende-se por acesso aberto, a disponibilidade *on-line* gratuita e irrestrita na internet pública das publicações científicas em formato eletrônico, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou vincular os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação, passá-los como dados para *software* ou usá-los para qualquer outro fim lícito, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam aquelas indissociáveis do acesso à própria internet (BOAI, 2002; FCT, 2014).

Rodrigues (2004) considera que chegou o momento de os profissionais deixarem de contar apenas com os recursos de carácter comercial para prestarem melhores serviços aos seus utentes. O seu envolvimento no debate em torno do sistema de publicação científica, a avaliação crítica da qualidade das fontes de informação.

Ainda seguindo no levantamento do Rodrigues (2004), os debates devem incluir também as condições de licenciamento e acessibilidade, a utilização e divulgação da literatura de acesso livre, porque são também estratégias corretas para, a médio e longo prazo, continuar

a garantir que os utentes das bibliotecas portuguesas têm acesso à informação que precisam, em condições vantajosas. O acesso aberto não isenta direitos autorais, deve ser dar aos autores o controlo sobre a integridade de seu trabalho e o direito de serem devidamente reconhecidos e citados (BOAI, 2002).

Rodrigues (2004) o acesso aberto é a disponibilização livre na internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos. Incluem-se nesta definição nomeadamente, mas não exclusivamente, artigos publicados em revistas científicas, atas e outros produtos resultantes de conferências etc.

Ainda sobre os aspectos conceituais, a declaração da iniciativa de acesso aberto de Budapeste [BOAI] (2002) afirma que uma velha tradição (a disposição de cientistas e estudiosos de publicar os frutos de suas pesquisas em revistas acadêmicas sem pagamento, em prol da investigação e do conhecimento), e a nova tecnologia (a internet), convergiram para tornar possível a distribuição eletrônica mundial da literatura da revista revisada por pares e o acesso completamente livre e irrestrito a ela por todos os cientistas, acadêmicos, professores, estudantes e outras mentes curiosas.

Historicamente, na origem do movimento do acesso aberto estão os problemas, limitações e contradições do sistema de comunicação da ciência, em particular os relacionados com as revistas científicas. De facto, nas últimas décadas do século XX o crescimento acentuado da literatura científica, nos mais diversos ramos do saber, foi acompanhado pela “comercialização”, e pela perda de controlo por parte do mundo académico, do sistema de comunicação da ciência (Rodrigues, 2004). As políticas de promoção do acesso aberto conheceram três momentos importante. Trata-se das declarações de Acesso Aberto: Budapeste, Bethesda e Berlim ou 3Bs/BBB entre os anos de 2001 a 2003 (Andrade; Torrado, 2017, p. 2):

- Declaração de Budapeste (Hungria): Destaca a disponibilização gratuita das obras criadas na internet, possibilitando que as pessoas leiam, copiem, imprimam, ou que utilizem a obra com qualquer propósito. A única barreira ao uso irrestrito da informação é *copyright* (direitos de autor).
- Declaração de Bethesda (estado americano de Maryland): O autor (es) e titular de direitos de autor (s) de concessão (s) a todos os utilizadores um livre irrevogável mundial direita, perpétuo de acesso e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente, distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para

qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal.

- Declaração do Berlim: Por sua vez apresenta duas diretrizes para as contribuições de livre acesso: (1) Zela pela concessão completa de todos os direitos dos autores, com imposição de uso responsável e (2) descreve o formato da obra, que deve ser completo e disponível em repositórios adequados às normas técnicas, de forma a garantir o irrestrito acesso, (...), que seja mantido por uma instituição académica, sociedade científica, organismo governamental ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita.

Apesar dos notáveis avanços na implementação do acesso aberto, persistem muitos desafios, em particular relacionados com um mercado de publicações ainda dominado pelas grandes editoras, que cobram subscrições, e com algumas disfuncionalidades largamente reconhecidas, sobretudo pela comunidade académica e pelas entidades financiadoras de investigação científica (Brandão; Moreira; Tanqueiro, 2021).

Em relação aos benefícios proporcionados pelo acesso aberto, destaca-se a remoção de barreiras de acesso a literatura, enriquecerá a educação, compartilhará o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornará essa literatura tão útil quanto possível e lançará as bases para unir a humanidade em uma conversa intelectual comum e na busca pelo conhecimento (BOAI, 2002). O acesso aberto é economicamente viável, que dá aos leitores um poder extraordinário para encontrar e fazer uso de literatura relevante e que dá aos autores e suas obras uma vasta e mensurável nova visibilidade, número de leitores e impacto (BOAI, 2002).

## **Tipologia de acesso aberto**

Segundo a BOAI (2002), a literatura científica que deve ser livremente acessível online é aquela oferecida pelos próprios pesquisadores sem esperar pagamento. Isso inclui artigos revisados por pares e preprints. Existem diferentes níveis de acesso aberto que ampliam a disseminação do conhecimento. Mendes & Rodrigues (2021) destacam dois tipos de acesso aberto (open access), isto é, acesso aberto legal e acesso aberto ilegal.

(1) Acesso aberto (open access) legal:

(a) Aberto: os utilizadores podem ler e reutilizar a literatura para rastreio automatizado, arquivo ou outros fins;

- (b) Gratuito: os utilizadores apenas podem ler o material;
  - (c) Ouro: o conteúdo é publicado numa revista de acesso aberto e todos os artigos são diretamente acessíveis no site da revista, sem período de embargo;
  - (d) Verde: o conteúdo está arquivado num repositório;
  - (e) Platina/diamante a publicação está isenta de taxas de processamento de artigos ou de quaisquer encargos para os autores e as publicações não passam por um período de embargo (Weller, 2014; Sotudeh e Estakhr, 2018 apud Mendes; Rodrigues (2021);
  - (f) Híbrido: o conteúdo é publicado numa revista de subscrição que oferece ao autor uma opção de acesso aberto mediante o pagamento de uma taxa de processamento do artigo;
  - (h) Embargo: o conteúdo é publicado numa revista de assinatura, mas é de leitura gratuita após um período de embargo;
  - (i) Redes sociais académicas: os artigos são partilhados pelos autores através das suas redes sociais académicas, como a ResearchGate e a Academia.edu;
- (2) Acesso aberto ilegal: artigos partilhados em sites como o Sci-Hub e o LibGen (plataformas que oferecem acesso gratuito a artigos científicos e livros, respectivamente, contornando barreiras de pagamento de editoras).

Em 2013, o DOAJ<sup>1</sup>, em parceria com COPE<sup>2</sup>, OASPA<sup>3</sup> e WAME<sup>4</sup> lançou os *Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing*. O documento estabelece 16 diretrizes que abrangem aspectos essenciais da publicação científica. Inclui temas como revisão por pares, corpo editorial, direitos autorais, conflitos de interesse e gestão de receitas. Também aborda condutas diante de má conduta científica e regras para publicidade. Esses princípios visam garantir integridade, qualidade e transparência na comunicação científica.

---

<sup>1</sup> Directory of Open Access Journals – DOAJ é o Diretório de revistas eletrônicas de acesso aberto, mantido pela Lund University Libraries na Suécia, que permite a busca pelo título da revista e do artigo. Diretório de Revistas de Acesso Livre (DOAJ): A missão do DOAJ é manter uma base confiável de revistas acadêmicas de acesso aberto, assegurando que cumpram padrões de qualidade. Busca ampliar a visibilidade, disseminação e integração dessas revistas nos serviços de bibliotecas e agregadores. Apoia editores na adoção de boas práticas de publicação digital. Colabora com diversas entidades para promover um modelo de comunicação científica mais acessível e inclusivo. <http://www.doaj.org/>.

<sup>2</sup> Comité de Ética em Publicações – COPE: orienta editores sobre ética em publicações e casos de má conduta, oferecendo um fórum para debate. Embora não investigue casos, recomenda que sejam tratados pelas instituições responsáveis. Espera-se que todos os membros do COPE sigam os Códigos de Conduta para Editores e Publicadores de Revistas. <http://publicationethics.org/>.

<sup>3</sup> Open Access Scholarly Publishers Association – OASPA: é uma associação comercial criada em 2008 para representar os interesses das editoras de Acesso Aberto (AA) em todo o mundo, em todas as disciplinas científicas, técnicas e acadêmicas. Esta missão será realizada através da troca de informações, definição de normas, avanço de modelos, defesa, educação e promoção da inovação. <http://oaspa.org/>.

<sup>4</sup> Associação Mundial de Editores Médicos – WAME: a WAME é uma associação global sem fins lucrativos que reúne editores de revistas médicas com revisão por pares. Seu objetivo é melhorar padrões editoriais, promover profissionalismo e fomentar a cooperação entre editores. Também desenvolve diretrizes e boas práticas para a edição médica. <http://www.wame.org>.

Open Access Scholarly Publishers Association - OASPA<sup>5</sup> (2013) se uma organização membro violar as boas práticas, OASPA, DOAJ, COPE e WAME buscarão inicialmente resolver o problema em cooperação. Se não houver solução, a filiação poderá ser suspensa ou encerrada. Cada entidade possui procedimentos próprios para lidar com essas situações. O objetivo é garantir a integridade das publicações científicas. A Tabela 1 descrever os princípios de transparência da DOAJ, ( em uma iniciativa conjunta com o *Committee of Publication Ethics, a Open Access Scholarly Publishers Association e a World Association of Medical Editors*).

**Quadro 2 - Princípios de Transparência do DOAJ, COPE, OASPA e WAME**

Nº	Princípio	Resumo
1	Revisão por pares	Todos os artigos devem passar por revisão especializada, com processo descrito no site da revista.
2	Órgão de administração	Deve existir um conselho editorial com especialistas; nomes e afiliações visíveis no site.
3	Equipa editorial/Contacto	Informações completas da equipa editorial e contatos devem estar disponíveis no site.
4	Taxas de autores	Taxas de publicação devem ser claramente informadas antes da submissão.
5	Direitos de autor	Licenciamento e direitos de autor devem estar explícitos nos artigos e no site.
6	Má conduta científica	Editores devem prevenir plágio, manipulação e falsificação, seguindo as diretrizes do COPE.
7	Propriedade e gestão	Informações sobre quem administra a revista devem ser claras e não enganosas.
8	Website	O site deve refletir padrões éticos e profissionais elevados.
9	Nome da revista	Deve ser único e não causar confusão com outras publicações.
10	Conflitos de interesse	Políticas claras para editores, autores e revisores devem estar publicadas.
11	Acesso	Deve indicar claramente como o conteúdo está disponível e se há custos.
12	Fontes de receita	Modelos de receita (taxas, publicidade, apoios) devem ser informados no site.
13	Publicidade	Política de anúncios deve ser transparente e bem definida.
14	Cronograma de publicação	A periodicidade das edições deve ser informada claramente.
15	Arquivamento	Deve haver plano de preservação digital caso a revista deixe de ser publicada.
16	Marketing direto	Ações de marketing devem ser éticas, direcionadas e discretas.

**Fonte:** *Directory of Open Access Journals – DOAJ (2022)*.

Segundo Hachani (2024), o DOAJ é referência mundial em acesso aberto, reunindo 20.749 revistas de 134 países, em 80 línguas, com 10.393.296 artigos. O Brasil lidera em produção de artigos OA com 335.590 (18,6%), seguido pelo Reino Unido e EUA, e conta com

---

<sup>5</sup> A OASPA é uma comunidade diversa de organizações dedicadas à ciência aberta, com a missão de promover o acesso aberto como modelo principal de comunicação científica. Seus membros incluem editoras acadêmicas lideradas por pesquisadores, editoras profissionais, serviços de infraestrutura e outros, atuando em diversas regiões e disciplinas. A associação promove a colaboração global entre os envolvidos no acesso aberto e desenvolve soluções para fortalecer esse ecossistema. Suas atividades são supervisionadas por um Conselho de Diretores eleito pelos membros para mandatos de três anos.

978 revistas (10,9% do total). Os 10 principais países concentram 63,4% dos artigos OA. Portugal contribui com 79 revistas (0,9%). A África possui cerca de 660 revistas no DOAJ e 178.311 artigos OA em 39 países, segundo a AJOL.

Analisando o DOAJ, das 4.156 editoras, 42,3% são universidades, 12,9% sociedades científicas e 3% editoras comerciais, como Hindawi e Elsevier, que concentram muitos periódicos e mega-periódicos como PLOS. O acesso aberto no DOAJ é composto por 45% de países periféricos (ex: Brasil), 35% centrais (ex: EUA) e 20% semiperiféricos. No Brasil, 92% dos periódicos não cobram taxas (modelo platinum). Editoras comerciais mantêm mais periódicos com taxas altas, como Nature Publishing. Universidades cobram menos ou nenhuma taxa. O acesso aberto sem taxas representa 70% das revistas, predominando na América Latina. Na Europa, taxas são comuns para sustentar o acesso aberto, com editoras comerciais tendo maior impacto em citações e certificações (Mendes; Rodrigues, 2021).

De referir que o DOAJ foi criticado por incluir periódicos predatórios, o que levou ao endurecimento dos critérios de admissão e à exigência de nova submissão dos periódicos já indexados. Para garantir a qualidade, conta com especialistas internacionais que oferecem feedback em várias línguas. O processo de inclusão é gratuito e envolve três etapas: envio do formulário, definição da tipologia e verificação dos dados (DOAJ, 2022).

## **Acesso aberto à informação científica e a produção científica em angola**

Existem diversos fatores que contribuem na promoção do acesso aberto, tais como os investigadores, as infraestruturas e as políticas públicas. Embora não sejam os únicos fatores determinantes para a democratização de conhecimento e a participação ativa da sociedade no processo da investigação, por isso, achou-se conveniente na segunda seção, começar com uma discussão sobre a política científica de Angola, seguida da abordagem sobre a evolução da produção científica em Angola em relação ao acesso aberto.

### **Política científica em Angola**

No período após a conquista da independência em 1975, foi criada a Universidade de Angola (em 1976), passaria a designar-se Universidade Agostinho Neto (em 1985) e, manteve-se uma única instituição de ensino superior de âmbito nacional (Carvalho, 2012). Já na década de 90, face a procura, o país vai ver surgir a primeira Universidade privada (Universidade Católica de Angola, criada em 1992 e com funcionamento a partir de 1999).

Para Carvalho (2012), devido a necessidade de estabilidade e redimensionamento do Ensino Superior público, através do Decreto 07/09, de 12 de Maio de 2009, que a Universidade Agostinho Neto (UAN) foi “partida” em 7 universidades de âmbito regional, mantendo-se a UAN a funcionar em Luanda e na província do Bengo, Benguela – Universidade Katyavala Bwila (actua nas províncias de Benguela e Kuanza-Sul), Universidade 11 de Novembro (Cabinda e Zaire), Universidade Lueji-a-Nkonde (Luanda-Norte, Lunda-Sul e Malanje), Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Universidade Mandume ya Ndemofayo (Huíla, Cunene, Kuando-Kubango e Namibe) e Universidade Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte).

Além disso, transformou-se o INAAES (Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação de estudos do Ensino Superior) em Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAARES) (Filho; Aleaga, 2021). E atualmente, no quadro do programa de reformulação do ensino superior, as oito regiões académicas, criadas desde 2009. A título do exemplo, a criação da Universidade Rainha Ginga, em Malange, resultando da fusão dos Institutos Superiores Politécnico e de Tecnologia Agro-Alimentar, a Escola Superior Politécnica, e a Faculdade de Medicina, que anteriormente integrava ULAN.

Vale ressaltar que um ano após redimensionamento do Ensino Superior, Angola lançou-se num vasto projeto ambicioso de formação de Quadros, criando dois instrumentos fundamentais para o efeito: Estratégia Nacional de Formação de Quadros (ENFQ) e Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), Com objetivo de apoiar o desenvolvimento, quantitativo e qualitativo, do potencial humano de Angola, condição essencial para a sustentabilidade do desenvolvimento económico, social e institucional e a inserção internacional competitiva da economia angolana (PNFQ, 2012).

Por despacho Presidencial, de 16 de novembro de 2012, foi criada uma Comissão Interministerial para efetivação do PNFQ, coordenada pelo Sr. Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, e integrava ainda os Srs. Ministros da Administração do Território, da Ciência e Tecnologia, da Educação, do Ensino Superior e o Sr. Diretor do Gabinete de Quadros da Casa Civil do Presidente da República.

O artigo 80º da Lei nº 32/20, de 12 de agosto, estabelece: Estabelecendo que a Organizações do Ensino Superior deve estruturar e assegurar as condições mínimas necessárias a realização de atividades de investigação científica e desenvolvimento experimental, transparência de tecnologia, em conformidade respetivas áreas de saber.

A Lei de Base do Sistema da Educação e Ensino, ao destacar a necessidade da promoção da formação, da investigação científica e da extensão universitária, implicitamente, revela a preocupação do Executivo em aumentar a produção científica e a urgência da operacionalização de um repositório nacional de acesso aberto para Angola.

Além disso, Angola tem investido em infraestruturas científicas e tecnológicas, como o lançamento da primeira pedra para a construção do Parque de Ciência e Tecnologia de Luanda e a construção de laboratórios de ensino e pesquisa (Osvaldo et al., 2023).

Interessa-nos ainda, neste artigo, destacar que o PNFQ que cobriu o período 2013-2020, enquanto instrumento de implementação da ENFQ, articulada com a Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo (“Angola 2025”) e com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na sua projeção, definiu como prioridade, a formação e capacitação de professores e investigadores para o Ensino Superior, 4,8 mil Mestres e 1,5 mil Doutores e 140 Doutores nas 7 Áreas de Incidência das TICs.

## **Evolução da produção científica em Angola em relação ao acesso aberto**

No período entre 2005 e 2014, se verificou um crescimento de publicações científicas de Angola em revistas indexadas. Pese embora, nesse período, a produção científica de Angola ainda era bastante escassa, em 2014 era da ordem de 2 artigos por milhão de habitantes tal como a RDC (em comparação com outros países; Moçambique: 6; Zâmbia: 16; Namíbia: 59; África do Sul: 175) (Kraemer-Mbula; Scerri, 2015 apud Costa, 2017).

Costa (2017) analisou 408 artigos científicos com autores ligados a instituições de Angola, publicados em revistas e jornais indexados na plataforma da *WoS*, entre os anos 2007 e 2016. Observando, uma taxa de crescimento médio no número de artigos publicados na ordem dos 20%/ano. Uma outra particularidade observada por Costa (2017), dos 408 artigos analisados, o número de artigos publicados só por autores de instituições de Angola é somente 30 artigos, enquanto os artigos englobando autorias e coautorias com instituições estrangeiras é de 378 artigos (ou seja 92,6% dos artigos publicados nas várias áreas disciplinares).

Um estudo sobre a produção científica realizado por Osvaldo; Rocha; Morais; Rogério (2023), que consistiu em coletar informações referentes a documentos indexados na *WoS* e *Scopus* que continham a palavra “Angola” na afiliação institucional desde 1962 a 2021, o sistema retornou 4.849 registos (2.784 documentos para a *WoS* e 2.065 para a *Scopus*). Aquém de países africanos como a Nigéria, mediante a busca realizada em 5 de maio de 2022,

em ambas as bases, retornando 27.020 registos, Kenya teve 11.411 registos, Ghana, 6.965 e Etiópia, 7.606, acima de Moçambique, com 1.304, Congo, com 2.375 e Namíbia, com 1.033.

A Dra. Alice do Fátima Pinto, na sua abordagem sobre surgimento do sistema de publicação *Diamond Open Access* marca uma mudança transformadora no cenário editorial acadêmico, frisa a importância da defesa do conhecimento como bem público. Apoiando-se na Constituição da República e na Política Nacional de Ciência (em Angola), Tecnologia e Inovação em vigor, destacou reconhecimento da importância de trabalhar por um ecossistema científico pautado pelo Acesso Aberto (UNESCO, 2024).

O desempenho de Angola em termos de produção científica entre 1995 e 2005 era insignificante 1,4%, enquanto de 1995 a 2013 observou-se um aumento de 18,8%. Foram registados 259 investigadores científicos, dos quais apenas 19% Doutorados (MESCTI, 2014). Ainda que as tendências da produção científica revelam crescente, Osvaldo et al. (2023), afirmam que a produção científica angolana indexada na WoS e na Scopus ainda é relativamente pequena, em comparação com outros países congêneres.

No ranking do total de revistas dos países africanos, Nigéria e Kenya ocupam, respetivamente, o primeiro e terceiro lugar, tendo África do Sul (380 revistas e 17,1%) e Egito (161 revistas e 7,2%) na segunda e quarta posição, respetivamente. Namíbia ocupa o 19º lugar (com 11 revistas ou 0,5%); Moçambique ocupa o 21º lugar (com 10 revistas e 0,4%); Angola ocupa o 24º lugar (5 e 0,2%) e Congo ocupa o 32º lugar, com duas revistas (Osvaldo et al., 2023).

Gungula (2021) considerando que a criação de uma rede de revistas científicas e a promoção do acesso aberto à informação científica são relevantes para o desenvolvimento da investigação científica em Angola. Por sua vez, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação formalizou, por Despacho N.º 106/2021 de 30 junho, a criação do Grupo Técnico composto por representantes das IES encarregues de dinamizar e implementar as ações inerentes à primeira fase da iniciativa de criação da rede de revistas científicas e promoção do acesso aberto à informação científica em território nacional.

Em Angola, o Estado tem sido o principal impulsor da investigação científica embora a medida de política como o Regulamento Geral das Instituições Públicas de Investigação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Dec. Pres. 125/15), reconhece a necessidade, a importância da criação e participação do sector privado (Costa, 2017).

Ainda que as tendências crescentes da produção científica explicam a relação existente entre o acesso aberto à informação científica e o desenvolvimento da investigação científica em Angola. Osvaldo; Rocha; Morais; Rogério (2023), evocam a questão pertinente da predominância da língua inglesa, as taxas da produção científica seria ainda muito maior se houvesse a aposta na publicação em outras línguas, o que sem dúvidas garantiria, assim, uma maior diversidade e inclusão na comunicação científica.

## **Criação de repositórios e políticas institucionais de acesso aberto para Angola**

Angola está a aumentar a sua produção científica através do acesso aberto de diversas, apostando em projetos, repositórios institucionais, políticas institucionais, revistas de acesso aberto etc.

Projetos: Angola tem um projeto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PDCT), em parceria com a editora científica Elsevier, que nos últimos anos tem multiplicado as ações para promover a cultura científica por via da formação sobre a elaboração de propostas de investigação científica competitivas, avaliação de propostas de investigação científica, publicação científica e gestão de projetos de investigação científica financiados, ao exemplo do workshop sobre investigação científica em fevereiro de 2024, no Hotel Continental Horizonte, em Luanda.

Outro projeto a destacar é o programa UNI.AO financiado pela União Europeia (13 Milhões de Euros), através da agência de cooperação técnica francesa, Expertise France, com uma duração de 5 anos (2019- 2024), que visa a apoiar o sistema de Ensino Superior angolano na produção de conhecimentos e promoção da inovação. O programa incentiva a criação de novos cursos de pós-graduação, disponibiliza fundos para investigação e capacitações em áreas relevantes.

Outrossim, o MESCTI lançou no ano anterior, o projeto, denominado Sistema Nacional de Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNICT), tem como objetivo coletar e analisar dados sobre a produção científica no país, priorizado, as publicações em revistas internacionais indexadas etc.

Repositórios institucionais: Neste domínio, o repositório angolano de acesso (RANAA), financiado pela Expertise France, da iniciativa do Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação, é um espaço virtual dedicado a armazenar, disseminar, permitir o acesso e preservação de toda a produção científica nacional, produzida por IES e centros de investigação angolanas (artigos científicos e atas de eventos, trabalhos de fim de curso, dissertações de mestrado, teses de doutoramento etc).

O RANAA beneficia a comunidade científica angolana, permitindo os seguintes ganhos: (1) Aumentar a visibilidade dos nacional e internacional das pesquisas e pesquisadores angolanos; (2) Preservar a memória intelectual do país; (3) Aumento do impacto das produções científicas angolanas; (4) Diminuição das ambiguidades na citação de pesquisadores/autores angolanos etc.

Políticas institucionais: No quadro das políticas institucionais, algumas Universidades e Centros de pesquisa em Angola exigem que os investigadores depositem seus artigos científicos em repositórios institucionais ou outras plataformas de acesso aberto após a publicação. Como é o caso da Universidade Católica de Angola (<https://ucan.ao/>). A Universidade Católica de Angola (UCAN), Universidade Lusíada de Angola, Universidade Jean Piaget de Angola e ISP Jean Piaget de Benguela contam com RANAA via DSpace.

A Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN) possui duas revistas científicas principais: Itinerários (Ciências Sociais e Humanas, anual) e a Revista Angolana de Estudos Multidisciplinares (multidisciplinar, semestral). Também publica a Revista Eletrônica de Direito e o Boletim do Centro de Estudos Linguísticos e Literários. Além disso, edita livros e outros materiais acadêmicos. Todas as publicações estão disponíveis em [www.ulan.ed.ao](http://www.ulan.ed.ao).

Revistas de acesso aberto: Em Angola, existem revistas científicas de acesso aberto editadas por docentes e investigadores nacionais. Destaca-se a Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)<sup>6</sup>, vinculada à Faculdade de Medicina da Universidade do Huambo, criada em 2017 e lançada em junho de 2020 (e-ISSN: 2789-2832; p-ISSN: 2789-2824) <https://www.racsauda.com/index.php/racsauda>. A Revista Academicus (ISSN: 3005-3633) é uma publicação multidisciplinar online de acesso aberto, com revisão duplo-cega, que visa democratizar o conhecimento globalmente. Incentiva a produção científica em todas as áreas, conforme normas nacionais e internacionais. Todo o conteúdo é disponibilizado gratuitamente (AJOL, 2025).

A revista de investigação angolana, revista de investigação angolana, editada por uma Equipa Multidisciplinar de Profissionais de Saúde, Professores e Investigadores Nacionais, tem como objectivo atribuir fácil acesso à produção científica e dar visibilidade a investigação da mais alta qualidade (em português, inglês e eventualmente espanhol) ajudá-los a tomar melhores decisões no exercício da sua profissão.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm_source=chatgpt.com).

A Revista Angolana de Ciências, inicialmente da Associação Multidisciplinar de Investigação Científica, tornou-se cooperativa com a Universidade Rainha Njinga a Mbande. Multidisciplinar e arbitrada, publica desde 2019 artigos inéditos em português, espanhol e inglês. É semestral, com fluxo contínuo desde 2022, mantida por fundos próprios e utiliza o provedor OAI-PMH (AJOL, 2025).

AJOL (2025) cita também a APIENTIAE, uma revista científica semestral da Universidade Óscar Ribas, comprometida com o desenvolvimento das Ciências, especialmente na difusão do conhecimento gerado por meio de linhas de pesquisa e seus respectivos programas e projetos; (Especialmente relacionado a: Engenharia da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Eletromecânica, Direito, Relações Internacionais, Psicologia, Administração Pública, Gestão e Marketing).

Outra publicação relevante é a Revista Angolana de Ciências (RAC) <https://publicacoes.scientia.co.ao/ojs/index.php/rac>, registada no DOAJ desde 2019 com o título abreviado Rev. Angolana de Ciências, publicada semestralmente pela Associação Multidisciplinar de Investigação Científica. A RAC é indexada por diversas bases internacionais, incluindo ROAD, TITLE DOI, MIRABEL, CROSSREF, FATCAT, ZDB, SUDOC, OPENALEX e EZB e está disponível online em português.

**Quadro 3** - Resumo das revistas angolanas de Acesso Aberto registadas pela DOAJ e outras

Título da Revista	ISSN / e-ISSN	Instituição Editora	Periodicidade	Revisão por Pares	Idiomas	Indexações	Ano/Link
Revista Angolana de Ciências (RAC)	e-ISSN: 2664-259X	Associação Multidisciplinar de Investigação Científica + Univ. Rainha Njinga a Mbande	Semestral / Fluxo Contínuo	Duplo-cega	Português, Espanhol, Inglês	DOAJ, ROAD, CROSSREF, MIRABEL, EZB, FATCAT, OPENALEX, SUDOC, ZDB, TITLE DOI	2019 Link DOAJ
Revista Angolana de Ciências da Saúde (RACSaúde)	e-ISSN: 2789-2832p- ISSN: 2789-2824	Faculdade de Medicina da Universidade do Huambo	Semestral	Arbitrada	Português (eventual: inglês/ espanhol)	AJOL	2020 Site RACSaúde
Revista Academicus	ISSN: 3005-3633	Equipa multidisciplinar nacional	Não especificado	Duplo-cega	Português	AJOL	Revista Academicus
APIENTIAE	Não informado	Universidade Óscar Ribas	Semestral	Arbitrada	Português	AJOL	Link não informado

**Fonte:** Elaboração própria com base a pesquisa nos registos DOAJ (2025).

**Financiamento para Pesquisa:** Atualmente, em Angola, as agencias como Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), Empresas petrolíferas e de gás, Fundação Brilhante, Fundação Sindika Dokolo, o MESCTI, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia de Angola (CNCT) entre outras, estão a exigir que os investigadores que recebem financiamento publiquem seus resultados em acesso aberto, disponibilizando a título gratuito, o conhecimento gerado com o financiamento público.

**Congressos e eventos científicos:** Os congressos e eventos científicos realizados pelas Universidades em Angola estão a promover cada vez mais a apresentação e publicação de trabalhos em acesso aberto. Isso ajuda a aumentar a visibilidade da produção científica angolana e a torná-la mais acessível a um público global. Sousa; Lussinga; Bartolomeu; Robalo (2020), as Universidades, Centros de investigação devem fomentar a cultura científica, de redação e publicação de trabalhos científicos pelas, tendo em conta que a estas, recai a responsabilidade da criação, desenvolvimento e preservação do conhecimento científico.

**Capacitação e campanhas de conscientização:** O projeto de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (PDCT), em parceria com a editora científica Elsevier oferecendo workshops e promovendo a importância do acesso aberto. Em 2020 foi realizado um seminário sobre a criação, gestão e indexação de revistas científicas em Luanda em 2020, os participantes consideraram que o desenvolvimento da investigação científica em Angola depende da criação de uma rede de revistas científicas e a promoção do acesso aberto à informação científica (Gungula, 2021).

Atualmente mais de 600 bibliotecários, jovens, investigadores, editores de revistas e académicos angolanos foram formados e, foi criado um Repositório Nacional de Acesso Aberto para Angola, tendo como objetivo o Plano de Ação de Buenos Aires para a Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul (Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação/Angola, 2024).

## **Conclusão**

Relembramos que o presente trabalho foi realizado com o objetivo de desenvolver uma análise e reflexão sobre o acesso aberto à informação científica como fator impulsor da investigação científica em Angola.

Com recurso a pesquisa bibliográfica e análise documental, apesar de existirem ainda desafios a serem superados, a produção científica em Angola está a registar tendências crescentes através do acesso aberto.

As pesquisas realizadas em Angola estão se tornar cada vez mais acessível a um público global, o que está a levar a novas colaborações internacionais e a oportunidades de inovação. Estas conclusões devem ser interpretadas com base nas limitações do estudo.

A ausência de uma base de dados sobre a produção científica em Angola e a precariedade de estudos sobre o acesso aberto no contexto angolano são fatores condicionantes. Para trabalhos futuros, sugerimos um estudo do papel das instituições de Ensino Superior na promoção do acesso aberto.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rebeca de Moura; TORRADO, Enrique Muriel. Declarações de acesso aberto e a Lei de Direitos Autorais brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, nov. 2017. Fiocruz. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/23722/30.pdf?sequence=2>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AFRICAN JOURNAL SCIENCE – AJOL. **FARMHOUSE Ciência & Tecnologia**, 2025. Disponível em: [https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.ajol.info/index.php/ajol/browseBy/countryangola?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 10 maio 2025.

ANGOLA. **Plano Nacional de Formação de Quadros – PNFQ (2013-2025)**, 2013. Disponível em: [https://docplayer.com.br/15791582-Plano-nacional-de-formacao-de-quadros.html#google\\_vignette](https://docplayer.com.br/15791582-Plano-nacional-de-formacao-de-quadros.html#google_vignette). Acesso em: 20 jul. 2023.

BOAI – BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. **Declaração de Budapeste**, Hungria, 14 fev. 2002. Budapest Open Access Initiative, 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/8560>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BOAI – BUDAPESTE OPEN ACCESS INITIATIVE. **Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste: 15º aniversário**, 2017. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRANDÃO, Tiago; MOREIRA, Amilton; TANQUEIRO, Sara Ramalho. As políticas de acesso aberto: história, promessas e tensões. **Ler História**, 2021, p. 253-276. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.8560>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CARVALHO, Madalena. **O repositório aberto**: recuperar, preservar e difundir o conhecimento “em qualquer lugar do mundo”. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/1564>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARVALHO, Paulo de. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 9, p. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.422>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CASTRO, Rui Vieira de. **Acesso aberto ao conhecimento científico**: algumas notas sobre a experiência da Universidade do Minho. 2013. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/45772>. Acesso em: 12 maio 2023.

COSTA, Alexandre de Sousa. **Produção científica em Angola**: análise bibliométrica na Web of Science. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/>. Acesso em: 10 maio 2023.

COSTA, Michelli Pereira da. **Modelo de gestão de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica**. 2010. Monografia - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/1548>. Acesso em: 10 maio 2023.

DOAJ - DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS. **Plataforma facilita acesso a periódicos de acesso aberto**, 2022. Disponível em: <https://sbmt.org.br/doaj-plataforma-facilita-acesso-a-periodicos-de-acesso-aberto/>. Acesso em: 10 maio 2023.

HACHANI, Samir. **Open Access in North Africa**: the unavoidability and advantage(s) of cooperation. 2024. DOI: 10.21428/1bfadec6.31a3c920.

MENDES, Suênia Oliveira; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Open access scientific journals: an analysis of the DOAJ catalogue. **Information Research**, v. 26, n. 4, paper 911, 2021. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/26-4/paper911.html> Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Luís Miguel Alves de. **O papel versus formato digital**: a pesquisa/consulta de livros e revistas no meio universitário. 2011. Dissertação (Mestrado) — Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2487>. Acesso em: 20 maio 2023.

OASPA - OPEN ACCESS SCHOLARLY PUBLISHERS ASSOCIATION. **Principles of transparency and best practice in scholarly publishing**, 2013. Disponível em: <https://www.oaspa.org/news/principles-of-transparency-and-best-practice-in-scholarly-publishing/>. Acesso em: 10 maio 2023.

OSVALDO, Hermenegildo Chitumba et al. Characterization of Angolan scientific production indexed in the Web of Science and Scopus databases. **Revista Transformação**, v. 36, e248502, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e248502>. Acesso em: 10 maio 2023.

RODRIGUES, Eloy. **Acesso livre ao conhecimento**: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. 2004. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/670>. Acesso em: 20 jun. 2023.

RUAS, João. **Como fazer proposta da investigação, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Maputo: Escolar Editora, 2022.

TÉLLES, Eugénio. As vias do acesso aberto: via verde (Green Road) e via dourada (Gold Road). **Revista Peletron**, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://journals.peletron.science/index.php/revistapeletron/article/view/23>. Acesso em: 10 maio 2023.

UNESCO. **Diamond Open Access**: mudança de paradigma global na publicação acadêmica, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/diamond-open-access-global-paradigm-shift-scholarly-publishing>. Acesso em: 18 jun. 2023.

#### **Histórico Editorial**

Submetido: 20 de outubro de 2025.

Publicado: 01 de dezembro de 2025.

#### **Minicurrículo**

##### **Renato Pereira**

Professor Auxiliar Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7375-9646>

##### **Adolfo Caiji Cabeia**

Professor na Faculdade de Economia da Lunda Norte (Angola). Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9935-3409>

##### **Aníbal António Vuma**

Doutorando em Estudos Africanos (ISCTE-Lisboa).

Contribuição de autoria: Elaboração e escrita do texto.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5057-2100>

#### **COMO REFERENCIAR - ABNT**

PEREIRA, Renato; CABEIA, Adolfo Caiji; VUMA, Aníbal António. Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 15, e025055, p. 1-21, Jan./Dez., 2025. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2983>

#### **COMO REFERENCIAR - APA**

Pereira, R., Cabeia, A. C., & Vuma, A. A. (2025). Acesso aberto de informação como fator impulsionador da investigação científica em Angola. *Revista Exitus*, 15, e025055, p. 1-21. <https://doi.org/10.24065/re.v15i1.2983>

#### **Licença de Uso**

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.